

**AS MARCHAS INDÍGENAS:  
ORIGENS DE UM MOVIMENTO DE DEFESA DOS DIREITOS  
DOS POVOS ORIGINÁRIOS (1880-1909)**

**The indigenous marches: origins of a movement to defend the  
rights of indigenous peoples (1880-1909)**

**Marchas indígenas: orígenes de un movimiento en defensa de los  
derechos de los pueblos originarios (1880-1909)**

*Daniel da Silva Klein<sup>1</sup>*

**Resumo:**

Este artigo aborda o tema das marchas indígenas, que lutavam pela defesa dos direitos de povos originários tanto na esfera central de governo no Brasil quanto nas regionais, enfocando o período que vai de 1880 a 1909. Em um primeiro momento o foco direciona-se para a formação dessas marchas nacionalmente, acompanhando grupos de indígenas que iam para o Rio de Janeiro nos anos finais do Império e iniciais da República para exigir respeito aos territórios tradicionais, utensílios agrícolas e denunciar ataques nas aldeias. A seguir, essas marchas são acompanhadas nas mais diversas esferas de governos regionais espalhados pelo país, que tratavam desses mesmos temas. Defende-se a tese de que ao longo das marchas os povos indígenas foram criando uma identidade comum, isso porque as pautas defendidas eram similares. As fontes preferenciais da pesquisa são notícias de jornal, relatórios de viagem, documentos oficiais e bibliografia especializada. Enfatizamos que o texto é parte de um projeto desenvolvido junto à Universidade Federal de São Carlos.

**Palavras-chave:** Marchas. Indígenas. Direitos.

**Abstract:**

This article addresses the Indigenous Marches, which fought for the rights of Indigenous Peoples both at the central and regional levels of government in Brazil, focusing on the period from 1880 to 1909. Initially, the focus is on the formation of these marches at the national level, following groups of Indigenous people who traveled to Rio de Janeiro in the final years of the Empire and the early years of the Republic to demand respect for their traditional territories and agricultural implements, and to denounce attacks on their villages. These marches are then followed at various levels of regional government throughout the country, which addressed these same issues. The thesis is that throughout the marches, Indigenous peoples developed a common identity because the issues they advocated were similar. The preferred sources for this research are newspaper articles, travel reports, official documents, and specialized bibliography. We emphasize that this text is part of a project developed in conjunction with the Federal University of São Carlos.

**Keywords:** Marches. Indigenous. Rights.

**Resumen:**

Este artículo aborda el tema de las marchas indígenas, que lucharon por la defensa de los derechos de los pueblos originarios, tanto en el ámbito central del gobierno brasileño como en el regional, centrándose en el período de 1880 a 1909. Inicialmente, se centra en la formación de estas marchas a nivel nacional, siguiendo a grupos indígenas que acudieron a Río de Janeiro en los últimos años del Imperio y el inicio de la República para exigir respeto a sus territorios tradicionales, herramientas agrícolas y denunciar ataques a sus aldeas. Posteriormente, se hace un seguimiento de estas marchas en los diversos ámbitos de los gobiernos regionales de todo el país, que abordaron estos mismos temas. Se defiende la tesis de que, a lo largo de las marchas, los pueblos indígenas crearon una identidad común, ya que las agendas defendidas eran similares. Las fuentes preferidas de la investigación son artículos periodísticos, relatos de viajes, documentos oficiales y bibliografía especializada. Se destaca que el texto forma parte de un proyecto desarrollado en conjunto con la Universidad Federal de São Carlos.

**Palabras clave:** Marchas. Pueblos indígenas. Derechos.

**Introdução**

No começo, essa pesquisa se direcionou para uma investigação a respeito dos conflitos entre indígenas e colonizadores, que invadiam territórios originários para abrir propriedades, exterminando aldeias inteiras entre 1870 e 1910, mas uma insólita fonte de 1880 abriu outro caminho. Nela, nos deparamos com um grupo de indígenas liderados por Pedro Almeida, que estavam sendo recebidos por alguns policiais de Sorocaba e diziam que seguiam para o Rio de Janeiro. O que aquele grupo procurava na capital? Não sabemos, mas a pesquisa continuou e em 1880, no Paraná, encontramos outra comitiva, chefiada por Paulino de tal, que pleiteava junto às auto-

ridades uma demarcação de terras e a partir de 1882 uma série de fontes foram sendo encontradas, todas demonstrando que havia um movimento de povos indígenas se alastrando pelo Brasil.

Eram comitivas de homens, mulheres e até crianças que saíam de suas aldeias, caminhavam dias, meses a fio, para pressionar secretários, governadores, o imperador e até presidentes com o intuito de denunciar invasões de seus territórios, exigir demarcação dos mesmos, proteção e solicitar utensílios agrícolas. Aqueles documentos informavam, portanto, essa movimentação em um período de crise nacional, onde o Império entrava em decadência, cedendo lugar para a República e as políticas indigenistas estavam, literalmente, em um vácuo, tendo em vista que não havia qualquer ação em manter os aldeamentos dos tempos do primeiro reinado. Os povos indígenas estavam lutando por seus direitos, inventando uma estratégia de pressão que perdura até os dias atuais, as marchas.

Antes de 1910, a única subvenção nacional mantida nos anos finais do império e iniciais da república em favor dos povos indígenas era uma parca verba para a missão catequética da igreja católica no Mato Grosso, ‘mas desde os tempos do regime monarchico ouvimos dizer que essa verba applica-se a tudo, menos ao fim a que é destinada’ (OS ÍNDIOS BOROROS, 1897). Essa rara subvenção era o que tinha restado do Regulamento das Missões, de 1845, única legislação de fato nacional sobre os indígenas que no final do século XIX tinha virado letra-morta (MACHADO, 2006, p. 66).

Se os governos centrais não lidavam com as populações indígenas, as administrações locais até que mantinham atividades pontuais e de pouca duração, como foi a fazenda indígena de Itaporanga, em São Paulo. Contando com a ajuda de membros da elite, foi instalada em algum momento após 1840 e destinava-se à redução dos Guaranis, mas no final daquele século tinha sido abandonada pelos governantes e sofria com constantes invasões de proprietários colonizadores a partir de 1900 (NOTAS E FACTOS, 1900; UM ÍNDIO GUARANY, 1904).

E mesmo as regulamentações centrais abriam brechas para que territórios indígenas fossem invadidos pelas províncias, como o que se passou em Sergipe, Paraíba, Ceará e Pernambuco, onde aldeias inteiras foram desmanteladas por conta da lei de terras de 1850. O fechamento utilizou como justificativa o argumento de que os indígenas nem existiam mais naqueles territórios, tinham virado mestiços, ou seja, eram iguais aos sertanejos. Nas investigações, porém, os indígenas estavam por ali e fez-se a pergunta óbvia, “como poderia uma terra indígena estar abandonada e ter, ao mesmo tempo, índios vivendo nela?” (MOREIRA, 2002, p. 164).

Esses desmantelamentos ocorriam, literalmente, de norte a sul, como foi o caso do Aldeamento Santa Isabel, em Santo Antônio da Patrulha, no Rio Grande do Sul. Ele havia sido fundado para reduzir grupos Kaingang outrora em condição de isolamento, mas em 1862 o governo

pôs fim nele alegando que “lhe constou que nesse lugar habitavam unicamente indivíduos dissolutos e vadios, vivendo errantes os índios e perturbando a disciplina e os trabalhos da colônia militar de Caseros” (SCHADEN, 1963, P. 70). Em meio a esses ataques, invasões e fechamento de aldeamentos públicos pelos motivos mais diversos, os indígenas resolveram marchar para pressionar autoridades.

As perguntas passaram a se avolumar tais como: por que naquele início da década de 1880 esse movimento foi ganhando corpo? É possível que essas pressões tenham iniciado um processo de relacionamento entre os indígenas, para irem identificando pautas comuns? Essas marchas do início do século XX se relacionam com as frandes mobilizações dos povos originários da contemporaneidade?

Apesar das notícias que davam conta dessas marchas indígenas no final do século XIX estarem disponíveis em um arquivo público, relativamente bem conhecido, não encontramos uma pesquisa sobre elas. O que existe hoje são as importantes avaliações que os indígenas fazem de suas marchas, divulgando-as em artigos muitas vezes publicados em várias línguas como foi o trabalho de Jovina Rehn Ga e os documentos oriundos desses movimentos, como a carta *Corpos-Territórios da IV Marcha das Mulheres Indígenas*, que ocorreu em Brasília (GA, 2023; ANMIGA, 2025).

Existem os trabalhos sobre as resistências e usos que os indígenas fazem a respeito das ações dos sucessivos governos brasileiros, como foi o caso de Seth Garfield que estudou a construção do chamado *Proto-Patriota* pelo governo de Getúlio Vargas ao longo da década de 1930. Para aquela ditadura, os indígenas continham ‘as verdadeiras raízes da brasilidade’ e quando confrontados com aquela política, adotaram posturas diversificadas. Uns a rejeitaram completamente, outros ‘abraçaram a retórica indigenista’ e houve aqueles que concordavam com alguns aspectos, mas tinham certas restrições quanto ao conceito de primeiros arautos da nação (GARFIELD, 2000, p. 14; 25).

A respeito dos movimentos sociais indígenas podemos citar dois trabalhos fundamentais, que tomam como ponto de partida a década de 1970. Um desses é o de Maria da Glória Gohn, que classifica as ações coletivas dos indígenas como movimentos sociais, porque parte das perspectivas teóricas do Sul-Sul/decoloniais para defender a noção de que elas se inserem em movimentos mais abrangentes de lutas identitárias e antigas contra os colonizadores europeus. Cita que quando os indígenas se aglutinam em alguma luta, contra madeireiros, por exemplo, pressionando o Estado, formam uma identidade interétnica e configuram aí uma consciência comum, com seus laços abrangendo outros agentes da sociedade civil e política do país. Para demonstrar

essas relações, estuda tanto os atuais movimentos contra o Marco Temporal quanto àqueles vinculados a Constituinte de 1988 (GOHN, 2024, p. 5-6).

Poliene Soares dos Santos Bicalho segue mais ou menos nesse caminho ao estudar as relações entre movimentos indígenas e os classistas, sendo enfática ao afirmar ‘que apenas a partir da década de 1970 é que se pode falar em luta social indígena coletiva e conscientemente formada’. Isso ocorreu justamente devido a uma reação maior contra o *status quo* da ditadura militar então vigente no Brasil, onde os movimentos sociais passam a se aglutinar em nome de causas mais amplas, sendo que os indígenas passaram a lutar, também, pela defesa de seus direitos no momento da redemocratização (BICALHO, 2022, p. 12; 15-16).

Diante desse foco mais atual das pesquisas acadêmicas, não pudemos ficar de braços cruzados diante daquelas informações e sobre o que diziam. Existia um determinado tipo de movimento indígena no início do século XX e o que estava contido naquelas reportagens poderia re-  
cuar o entendimento sobre as origens dessas articulações entre povos originários distintos, lutando por seus direitos. Como aqueles indígenas marchavam contra os proprietários colonizadores do Brasil, fizemos um pequeno incremento da perspectiva decolonial, adotando uma postura já pautada por Aníbal Quijano. Na América Latina o controle colonial era exercido pelos herdeiros do colonialismo europeu em fins do século XIX, atuando na exploração das populações em relações de dominação que iam para além do circuito salarial e pautavam-se pelas questões de raça, etnia e, incluímos, o binômio selvagens-civilizados (QUIJANO, 2005, p. 125).

Cafeicultores, canavieiros, pecuaristas, seringalistas e demais proprietários colonizadores do Brasil eram em suma herdeiros da elite europeia colonialista, atuando contra os indígenas na invasão de seus territórios, coagindo-os a abandonarem seus locais de moradia e atacando-os violentamente, ou seja, exerciam o controle colonialista muito mais amplo porque desconsideravam aquelas populações como proprietárias de seus territórios, eram tidos como racialmente inferiores, selvagens, logo, seres ‘inumanos’ incapazes de possuírem os direitos correntes. Nesse sentido, coordenavam ataques contra àquelas territorialidades culturalmente demarcadas, desmembrando vivências simbólicas arraigadas há gerações.

Aquelas marchas tinham um caráter de resistência em defesa não só dos territórios indígenas, mas de todo esse arcabouço socio-cultural. Por isso que podemos dizer que foram nelas que os povos originários passaram a criar laços identitários, tendo em vista que diversos grupos diferentes lutavam por pautas comuns e, veremos, isso vai se consolidando ao longo da década de 1910, ou seja, seis décadas antes dos anos 1970 os indígenas se viam como uma unidade e defendiam direitos comuns.

Como a pesquisa já se desenvolvia no cenário hemerográfico da Biblioteca Nacional, deu-se continuidade na busca, agora com reportagens que dessem conta dessa temática das marchas indígenas. Foram buscadas fontes de todas as regiões do Brasil, tendo em vista que verificaram-se marchas em pontos tão distintos do país. Esses dados foram organizados primeiro nos movimentos dirigidos ao Rio de Janeiro, seguindo com aqueles que se direcionavam aos governantes de províncias e estados, passando a seguir para as lideranças indígenas que recorrentemente apareciam nas reportagens. Em todas essas divisões, optou-se por organizar as marchas em uma ordem cronológica mais tradicional, cujo limiar se deu em 1910, com a fundação do SPI. A partir da abertura desse órgão, verificou-se que as notícias sobre as marchas acabaram, o que não significa que o movimento de resistência indígena tenha sumido, mas que certamente tinha adotado outras estratégias.

### **Em direção ao Rio de Janeiro**

O capitão Sá Fleury, que era delegado de Sorocaba em 1880, recebera em seu gabinete uma comitiva de indígenas chefiados por Pedro Almeida e eram cerca de dezenove homens, mais cinco mulheres, que vinham do Mato Grosso. Solicitavam passagens de trem para a capital, mas como não tinha autorização para tanto, deu com seu dinheiro certos mantimentos e o subdelegado, José Joaquim de Camargo, ofereceu um jantar aos indígenas, que no dia seguinte continuaram a viagem a pé em direção ao Rio de Janeiro.

Sá Fleury era conhecido de alguns povos indígenas, porque aquela era a quarta expedição que ajudava. Não temos notícias das anteriores, mas esta foi a primeira que encontramos e como esse movimento estava crescendo, foi noticiada em Recife e todas seguiam em direção ao Rio de Janeiro. Os indígenas liderados por Pedro Almeida, por passarem em Sorocaba, seguiam provavelmente a antiga rota que ligava Cuiabá até São Paulo e que fora divulgada por Hércules Florence através da Expedição Langsdorff de 1826 (Lê-se no YPANEMA, 1880; FLORENCE, 1941, cap. De Porto Feliz a Cuiabá).

Quanto tempo duravam essas expedições e, principalmente, o que esses indígenas procuravam no Rio de Janeiro? Por uma série de notícias, não conectadas entre si, sobre residentes da aldeia Piabanha, no vale do rio Tocantins, encontramos informações que podem responder essas questões. Em trinta de setembro de 1882, o juiz de Uberaba, Zeferino de Almeida Pinto, deu abrigo ao indígena Cyrino Rodrigues da Silva, sua esposa, filho e mais dois companheiros que estavam vindo a pé de Piabanha há cinco meses e seguiam para a corte, ‘a fim de fallar a S. M. o Imperador’. Entre aquela aldeia, no atual território dos Apinajé, até a cidade de Uberaba são

aproximadamente mil, setecentos e cinquenta quilômetros, percorridos demoradamente pelo grupo, que teriam outros setecentos e oitenta pela frente, ou seja, era uma marcha épica a procura de uma audiência com Dom Pedro II (DIZ O CORREIO OFICIAL, 1882)<sup>2</sup>.

Não sabemos se o grupo de Silva conseguiu alcançar seus objetivos, mas em 1893 outros residentes de Piabanha montaram uma comissão de cinco pessoas e deram uma entrevista ao *O Paiz*, onde disseram que procuravam conversar com ‘Papae Grande’, o presidente Floriano Peixoto. Eram liderados por Gabriel de Souza Miranda e na capital federal conseguiram outro indígena, que servia de intérprete, sendo levados pelos jornalistas ao gabinete do ajudante de ordens da presidência, Capitão Eduardo Silva, e na reunião informaram

que o aldeamentos da tribu são muito grandes – ‘muita, muita, muita gente’, que o fim da viagem era pedir a Papae Grande – ‘ferramentas, animaes e um realejo p’ra gente pintá’. O Sr. marechal Floriano mandou alojá-los no quartel do 10 batalhão de infantaria e dar-lhes arranchamento. Hoje serão apresentados ao vice-presidente da República, que hontem os não pôde receber pessoalmente (ÍNDIOS CHERENTES, 1893).

No encontro mostraram uma carta de apresentação de um vigário de Uberaba, Cândido Marinho de Oliveira, onde se informava que aquele grupo era residente de Piabanha e que aquele aldeamento era organizado pelo frei Gil Vilanova, conhecido como *O apóstolo do Araguaia* (CALLAIS, 1942). Disseram que a longa viagem havia sido penosa, porque não encontravam alimento nas matas, dois companheiros morreram e outros três, sendo uma mulher, voltaram ao Tocantins.

Quando foram encontrados pela equipe jornalística estavam descalços, trajando camisas de chita, paletós riscados e alguns ‘embornaes de palha trançada ou de pelles’. As condições em Piabanha não deveria ser das melhores, porque procuravam apoio a produção da aldeia e pelos indícios as autoridades estavam pouco interessadas em ajudar o grupo porque não houve qualquer informação sobre algum despacho por parte do governo.

E Piabanha continuou sem qualquer tipo de beneficiamento, porque em 1895 treze homens e duas mulheres, liderados pelo chefe Xavante Gabriel, passaram por São Paulo e seguiam ao Rio de Janeiro em busca de utensílios agrícolas, espingardas, munições e recursos para aquisição de gado e cavalos. Esse grupo em específico portava uma carta onde constavam os itens pedidos e entre eles havia roupas, fazendas, calçados e alguns itens de beleza como batons e brincos (ÍNDIOS CHAVANTES, 1895).

Quatro anos mais tarde duas comissões vindas de Piabanha estiveram no Rio de Janeiro em busca novamente de auxílios governamentais, sendo a primeira delas liderada novamente por Cyrino Rodrigues da Silva, que não deixou muitas informações, e a segunda, comandada pelo



major Joaquim Lino, que estava acompanhado de José e Felipe. Essa turma foi recebida pelo gabinete do governador de São Paulo e lá informaram que partiriam sem demora para a capital federal, onde iriam denunciar o fazendeiro amazonense Antônio Urubu, ‘que invadiu as suas terras, o que pretende fazer na margem esquerda do Tocantins, onde se acha aldeado o capitão Sepé, que há tempos reclamou do governo sobre essa invasão’ (DO LAVOURA, 1899; NOTAS, 1899).

Nessas verdadeiras marchas, que duravam meses a fio, os indígenas residentes em Piabanha procuravam meios para sua subsistência, tendo em vista que até o final do século XIX o aldeamento era superpovoado e provavelmente as matas não conseguiam suprir as necessidades de caça, ou seja, estavam tentando abrir roçados, criação de animais e buscavam ajuda. Podemos ver que dois povos dividiam o território do aldeamento, o que poderia ampliar as necessidades desse povoamento e que seus residentes estavam entrando em contato cada vez mais comum com as comunidades não indígenas, o que incluía a invasão de suas terras.

Cleube Alves Silva conta que Piabanha foi aberta em 1851 como um aldeamento de catequese capuchinho pelo frei Rafael de Taggia e que na década de 1890 os freis Gil Vilanova e Ângelo Dargagnatz trabalhavam com vários povos nessas terras, que outrora foram habitadas por Xavante. Naquele momento contavam especialmente com Xerente, mas, também Akroá, Xakriabá e Apinajé. Os freis sabiam das expedições dos indígenas e afirmavam que o imperador havia concedido títulos de propriedade ao aldeamento, mas as investigações históricas não encontraram nenhum documento nesse sentido, o que agravou ainda mais a situação de invasão das terras indígenas por fazendas de gado, o que teria perdurado até a década de 1930 (SILVA, 2018, p. 161-166).

Os Apinagé enviaram uma delegação em 1902 ao Rio de Janeiro, onde procuravam uma audiência com o presidente. Acontece que um de seus integrantes, Manuel Antônio, contraiu influenza e foi levado para ser tratado na casa da professora Leolinda de Figueiredo Daltro. Infelizmente faleceu e seus companheiros, os capitães José, Joaquim Ribeiro e mais um colega, estavam alojados na Delegacia Central e não puderam cuidar do amigo (OS PINAGÉS, 1902). A demora em serem recebidos gerava um constrangimento para Joaquim, que certa vez interpelou um jornalista que os acompanhava:

O capitão Joaquim – um caboclo de fazer frente a dez – entendendo-se com nosso companheiro encarregado da secção policial, disse-lhe em tom imperativo. - Tú vás me levar a fallar com o homem? Achava-se deitado então em uma esteira, e, ao fallar, levantou-se, como que revoltado pela falta de delicadeza ou demora em ser attendida a sua gente (ÍNDIOS DO TOCANTINS, 1902).



A comitiva recebia alimentação e parece que era relativamente bem tratada pelos policiais, mas não atingiram o objetivo de serem recebidos pelas autoridades federais (Os índios do Tocantins, 1902). Apesar das adversidades, os indígenas dos vales Tocantins-Araguaia eram persistentes. O irmão do falecido chefe Sepé, o Xerente Siminacrú conseguiu, enfim, uma audiência com o presidente da república. Encontrara-se com Afonso Pena em 1909, na companhia da antiga aliada, a professora Leolinda Daltro.

Estavam presentes nessa reunião o ministro da indústria, a chefia de gabinete e o redator do *Jornal do Brasil*, mas diante de todas as solicitações Pena esquivava-se com um ‘Vamos ver, vamos ver’. Talvez por isso a professora Daltro tenha procurado simpatizar o presidente, sugerindo que fosse criada no território indígena uma escola com o seu nome. Na antessala esperavam Djalma Uacumú Pité, Oyema Pracé, Galdino Uaquesané e Porphyria Rogado por parte dos Xerente e ainda Kuroki Porpipó, Krahô (NOTICIÁRIO, 1909).

A professora Leolinda Daltro tinha determinado prestígio, porque levou ao Palácio do Catete uma comissão numerosa, recebida pelo presidente em pessoa, mas isso não lhe garantia qualquer alcance político, porque da reunião não conseguiram nada. Apesar disso, suas boas intenções para com os povos indígenas geraram uma efêmera instituição, a Associação de Proteção e Auxílio aos Silvícolas do Brasil, fundada em 1909. A fundação ocorreu na sede da Associação Geográfica do Rio de Janeiro e teve uma fala da professora, que expôs um histórico das viagens que fez junto a várias aldeias pelo Brasil, e do indígena Oyema Pracé, que agradeceu o apoio de todos. Daltro propôs que o presidente da instituição fosse ninguém menos que Nilo Peçanha, recém-empossado na presidência (ASSOCIAÇÃO DE PROTECÇÃO, 1909).

Em 1901, um grupo de Guarani vindo da fazenda indígena de Itaporanga, São Paulo, esteve no Rio de Janeiro para denunciar as invasões que estavam ocorrendo naquelas terras. Eram o capitão Francisco Pedro de Moraes e os sargentos Braz Pacífico da Silva e Antônio Fidelis de Almeida, que seguiam uma rígida doutrina militar. Diante de jornalistas, Moraes apareceu

calçado e veste o seu uniforme, falla intelligivelmente o portuguez. O uniforme compõe-se de calça preta, com vivos estreitos encarnados, túnica quasi idêntica à da infantaria da brigada de policial do Estado do Rio, com os mesmos vivos e bonet comum de pano preto, com os mesmos vivos e, como emblema, à frente e sobre a pala, duas espingardas trançadas, feitas de retroz encarnado (OS GUARANYS 1, 1901).

Esses Guarani se identificavam com a polícia estadual de São Paulo, porque utilizavam um uniforme muito parecido com o daquela instituição e na cidade paulista de Guararema tinham procurado ajuda no quartel, onde conseguiram passagens de trem ao Rio de Janeiro. Mesmo com poucos recursos, faziam questão de que ao menos o capitão estivesse calçado nas cerimônias que

eram recebidos. Como as demais comitivas, vinham reclamar das invasões que as terras da aldeia sofriam, já que as criações dos vizinhos invadiam constantemente as plantações e procuravam alguma medida de salvaguarda. Informaram que em Itaporanga moravam cento e quatro indígenas, todos pacíficos e sem qualquer histórico de agressão contra os vizinhos.

Percebemos que a questão da propriedade das terras era muito presente para aqueles indígenas, que se viam às voltas com as necessidades de manutenção das suas populações, sobretudo porque pediam utensílios agrícolas e animais de criação. De todo modo, as autoridades centrais brasileiras não deram atenção para as necessidades imediatas dos pedidos feitos pelas comitivas, mas suspeitamos que elas ajudaram a pressionar, no longo prazo, para que ocorresse a fundação do SPI, que ocorreu em 1910.

Além disso, supomos que essas marchas comecem a surgir quando a Lei de Terras de 1850 se afrouxa e vira um regramento morto no começo da década de 1880, porque a tão propagada proteção mínima prevista aos povos indígenas ali descrita não se concretizou, ou seja, elas foram uma das primeiras respostas de resistência desse contexto. A professora Pankararu, Eliângela Silva, diz que esse regramento legal no fundo, foi um batismo do latifúndio, porque regularizou o processo de grilagem de terras ao legitimar invasões de proprietários colonizadores nos espaços indígenas. Ali encontramos “a base da violência social, desagregação, desaldeamento e superexploração das massas pobres trabalhadoras do campo, indígenas e negras de nosso país” (SILVA, 2018, p. 483-484).

Assim, para resistir a esse processo de invasões e deterioração legal dos seus direitos, os indígenas adotaram uma forma de resistência complementar às marchas, mas que visualizamos dentro delas também, sua prontidão militar. Eles se vestiam como soldados e relacionavam-se com as forças armadas para demonstrar sua prontidão e por entender, supomos, que teriam mais proteção. Eles estavam abertos a negociações que levassem a um convívio relativamente pacificado com os colonizadores, mas, ao mesmo tempo, demonstravam estar prontos para defender seus territórios no campo de batalha caso fosse necessário. Um grupo que seguia essa organização foram os Krahô, que estiveram na capital nos meses finais do Império, em 1889.

Tinham vindo da aldeia São Roque das Campinas, no norte do Goiás, chegaram ao Rio de Janeiro com oito pessoas e estavam sob o comando de Antônio Quito Pereira de Miranda. Nesse trajeto, encontraram os Cherente, que desaconselharam continuar a viagem, mas resolveram seguir em frente e possuíam um jogo político muito hábil, porque foram recebidos pelo ministro da agricultura em uma reunião acompanhada por jornalistas. Somente ‘o maioral tem barba’ e falava bem o português e

Tem toda a apparencia de homem sagaz, apresentou-se com farda, divisas de capitão nos punhos, dragonas, banda e bonet militar. Intitula-se tenente-coronel com patente militar. Intitula-se tenente-coronel com patente que diz ter-lhe sido dado, há annos, pelo finado Dr. Antero Cícero, ex-presidente da província de Goyaz, e a quem se refere com palavras de profundo reconhecimento (ÍNDIOS CARAÚ, 1889).

Aquele corpo militar fez uma longa viagem para pedir autorização do governo para contactar outros de seu povo, que estavam em condição de isolamento, solicitando ainda “fardas, espadas, instrumentos agrários, panno, etc”. O ministro os alojou em um quartel do corpo de bombeiros e garantiu que iria dar os mantimentos solicitados, o que seria lógico, tendo em vista que a tribo iria trabalhar para o Estado quase que gratuitamente, pedindo apenas algumas roupas e utensílios para tanto. Nas reportagens, esse povo é denominado Caraú ou Kraús, mas é muito provável que esses indígenas sejam os Krahô, que no atual Tocantins vivem na Terra Indígena Kraolândia<sup>3</sup>.

Aqueles Krahô se organizavam de forma tão precisa e seu vestuário militar era muito chamativo, tanto que ganharam uma gravura muito detalhada no jornal, que anotou o que Miranda havia dito: quando ainda era jovem, chegou a ir a capital imperial para se alistar espontaneamente como soldado para a guerra contra o Paraguai, mas o conflito já tinha acabado. Dias depois, partiram de trem com direção a Uberaba, onde esperavam conseguir cerca de doze animais para a carga volumosa que levavam ao interior, porque teriam dali por diante muita dificuldade em carregar tantos mantimentos a pé (ÍNDIOS KRAÚS, 1889).

A comunhão dos indígenas com a hierarquia militar tinha muito a ver com as guerras por que passavam em seus territórios e, mesmo em tempos com menos atritos, essas organizações não eram abandonadas. O sentido de prontidão ficou evidente para o padre salesiano Estevão Callais, que esteve visitando uma aldeia Caiapó na região do Araguaia, em Goiás, no ano de 1901. Disse que aquele grupo vivia, por volta do 1800, na região de Uberaba, mas foram acossados dali. Talvez por isso, guardavam forte organização militar e, quando de sua visita, a aldeia de aproximadamente quinhentas pessoas era chefiada pelo coronel Fontoura, que fez questão de organizar uma parada para o padre. Sobre a festividade, escreveu:

Hoje poderemos admirar a gravidade indígena em toda a sua solenidade. São os homens que se apresentam em primeiro lugar, sob a direção dos seus chefes; vêm em número de quasi cem, formar-se em ordem de combate diante da casa dos padres, todos trazem a lança e o cacete, armas primitivas, mas temíveis nas mãos do selvagem; ellas estão longe de ser virgens e, em uma certa tina sui generis que sombrêa a sua extremidade, vê-se que a maior parte já serviu a cousa diversa da parada; ellas receberam, e mais de uma vez sem dúvida, o baptismo do sangue. Todos os nossos guerreiros estão em grande uniforme, quero dizer que estão vestidos com o costume que trazia o chefe da humanidade, quando vagava, todo radiante d’innocencia, no meio dos bosques do paraizo terrestre (CALLAIS, 1903, p. 44).

Callais anotou que somente recentemente eles tinham abandonado as batalhas campais e resolvido conviver com os colonizadores dos arredores. Ele e outros padres foram convidados para andarem inspecionando as linhas dos guerreiros, que ‘são homens bem constituídos, em geral antes grossos e barrigudos que de porte esbelto, uma bella cabeleira negra, cortada somente na testa, cahe pelas costas’. Disse que àquele grupo guerreiro agora servia ao país, esperando ser compensados por isso.

Mas essas compensações quase sempre não vinham, como bem demonstra Soraia Sales Dornelles, que investigou a trajetória do Terena José Pedro de Souza. Essa liderança teve seu aldeamento invadido pelos paraguaios e por causa disso, resolveu se alistar, lutando com outros de seu povo em 1865. Acontece que, com o fim da guerra, o seu território foi desmembrado e entregue a oficiais desmobilizados. Souza resolveu ir para o Rio de Janeiro procurando resolver essa questão, mas não conseguiu encontrar o imperador, partindo para São Paulo, onde entre 1867 e 1868 publicou uma série de petições.

Elas demonstravam o quanto seu contribuiu para a vitória brasileira perante o Paraguai e, por conta disso, pretendia que fossem reconhecidos, o que não ocorria. Diante da morosidade em receber qualquer compensação pelos seus trabalhos, Dornelles demonstra que Souza tinha uma consciência de seus serviços equivalente à “tendência das autoridades a diminuir o valor das contribuições dos índios” (DORNELLES, 2021, p. 10).

### **As lutas nas províncias e estados**

Se de imediato as pressões efetuadas junto às autoridades centrais não davam resultado, os povos indígenas atuavam de forma concomitante e até com mais volume junto aos governos locais pelo país afora. Nesse sentido, romarias de comissões indígenas se dirigiam às mais diversas capitais, solicitando apoio no que diz respeito às questões envolvendo a posse de seus territórios. No Paraná, em 1880, cerca de noventa e cinco indígenas liderados por Paulino de tal conseguiram que a chefe do gabinete de finanças, dona Constança Perpétua Borges, adquirisse em nome da tribo os terrenos entre os arroios Porteirinha e Índio, no município de Ponta Grossa. Em comemoração, o líder declarou que todos “desejavam dedicar-se ao trabalho da lavoura” (EXPE-DIENTE, 1880).

Apesar dessa conquista, esses terrenos não permaneceram na posse dos indígenas, porque as pesquisas recentes não encontraram qualquer menção a esses ocupantes<sup>4</sup>. Diferente desse caso, os Kaingang conseguiram regularizar a posse dos terrenos do Salto Mauá através das pressões e

com um processo em favor do chefe Thimotheo, que invocava a Lei n. 601, de 1850, reformada pela de n. 68, de 1902, para que declaradas uma colônia de assentamento, conseguindo assim

garantir aos indígenas a posse das terras em que tem seus aldeamentos; considerando que a alludida tribo dos Coroados está ocupando com cultura effetiva e morada habitual as terras ora medidas e demarcadas, as quaes lhe são necessárias para o desenvolvimento da indústria agrícola a que se dedicam: approvo a presente medição para o effeito de ficarem as terras sobre ella versa destinadas ao usufruto da mencionada tribo (SENTENÇA, 1903).

O reconhecimento foi assinado pelo então governador paranaense Francisco Xavier da Silva, que abriu as portas para a devida consolidação da posse desse território, que foi demarcado em definitivo pelo SPI em março de 1918, quando passou a ser conhecido como Terra Indígena Mococa. Ao longo da década de 1960, Cecília Helm observou que os Kaingang mantinham muito de sua cultura, porque a “interferência do branco não chega a ser tão impositiva”, ainda que um grande espaço do território estivesse “ocupada por intrusos que estão em atrito constantes com os índios” (HELM, 1974, p. 113-117).

Numa direção parecida, seguiram os Xukuru da aldeia de Cimbres, Pernambuco, que em 1885 foram à justiça reclamar das ameaças e invasões que ocorriam em seu território. Naquele ano o governador pernambucano, Augusto Souza Leão, oficiava ao juiz de direito da comarca responsável que estava garantindo “aos referidos índios não só o fructo de seus trabalhos como a posse dos terrenos que lhes pertence”, informando, também, que mandou ao chefe de polícia garantir todo o apoio necessário para execução dessa ordem. Os Xukuru demonstraram ter uma forte pressão política também, porque o deputado Maximiano Duarte pronunciou um discurso em defesa daquele povo.

Disse que o aldeamento de Cimbres era um dos mais importantes de Pernambuco, mas estava sujeito às invasões de pessoas que se apoderavam das terras, “verdadeiros intrusos”, causando um estado de “opressão aos pobres índios”, que dependem da indústria agrícola. O problema é que o gado dos invasores percorriam constantemente as plantações dos indígenas, causando forte pressão por alimentos, informando que o chefe Manoel Felix Santiago chegou a ir até o Rio de Janeiro denunciar essas infrações e concluía indicando que o governo demarcasse imediatamente as terras da Serra do Ororobá. Registre-se que houveram, na ata, apoio de outros deputados e que a indicação tinha sido aprovada (ATOS, 1885; O SR. MAXIMIANO, 1885).

Certamente Manoel Felix Santiago e os demais Xukuru tinham uma presença na cena política pernambucana e davam corpo às manifestações de pressão junto as autoridades, que eram precedidas por longas marchas em direção aos centros de poder local e nacional. No sertão

da Bahia, próximo de Rodelas, morava os Tuxá, que possuíam um território ainda preservado no início do século XX, mas em 1905 o líder da tribo esteve em Salvador para denunciar ‘a invasão de suas terras por mandões das localidades vizinhas’. Em meio ao agreste, possuir vastos terrenos virgens nas margens do São Francisco era algo que movimentava a cobiça, por isso o povo conseguiu registrar a posse dos domínios com uma vasta documentação legal.

O chefe José Jovino dos Santos informava que a missão de Rodelas foi instituída pelo imperador Dom Pedro I, mas o seu povo habitava toda a região há pelo menos quatrocentos anos. Nesse caso, as terras ‘insólitas’ não eram desconhecidas, mas cobiçadas e estavam sendo invadidas pelos colonizadores proprietários, que tinham poderes evidenciados no próprio adjetivo que os identifica (ÍNDIOS LETRADOS, 1905).

Mas os Tuxá não tinham apenas domínios em terra firme, porque sua morada principal era a ilha da Viúva, porto central para a indústria de pesca do povo. Em 1908, somavam aproximadamente duzentas e vinte pessoas, que viviam de forma pacífica com os vizinhos, ou seja, não eram eles responsáveis por quaisquer invasões em propriedades alheias. Apesar disso, José Jovino montou outra comissão composta por Polycarte Dias, Jacintho Baptista, Ignácia, Cordulina e Antônia Maria para irem ao Recife registrar a denúncia de que o conselho municipal de Cabrobó estava arrendando os territórios da tribo.

Esses arrendamentos eram efetuados em Pernambuco, mas cobriam as margens baianas do rio São Francisco habitadas por eles. A comissão foi descrita como dançante do “boré, trajam roupa de algodão ordinário e usam gorro de crochet, arcos e aljavas com flechas”, tendo conseguido uma audiência em que o governo oficiava ao conselho para que tomasse providências em favor dos Tuxá (ÍNDIOS TUXAS, 1908).

Essas informações sobre uma região de fronteira nordestina demonstra que nos primeiros anos do século XX ainda existiam povos originários com seus costumes tradicionais preservados, cujos elementos culturais estavam presentes até mesmo no vestuário e que conservavam um território considerável. O que elas flagram é um momento de grande fragilidade para os Tuxá, porque foram aquelas invasões que lhes retiraram seu território e, com o tempo, os expulsassem de vez da zona rural. Por conta disso, foram morar em uma aldeia urbana em Rodellas<sup>5</sup>.

Outros indígenas que conseguiram a manutenção de posse das suas terras foram os grupos Tupiniquim de Serra, no Espírito Santo, que ingressaram na justiça através do líder João de Souza Dias. Essa liderança é descrita em uma petição como ‘Índio Pobre’, o que nos revela mais uma face dessas movimentações indígenas, porque essas populações indígenas viviam em condições materiais precárias. Em um despacho do governador Antônio Joaquim Rodrigues, reconhecia-se o pedido do indígena para que fossem concedidos os títulos das terras no rio Iconha, fre-

guesia de Piúma e as custas foram pagas pelo próprio requerente, mesmo com sua condição de reconhecida pobreza.

Outro Tupiniquim, João Pinto Ferreira, conseguiu na justiça que Belarmino de Mattos Loureiro, devolvesse os terrenos invadidos no sertão de Nova Almeida. O juiz despachava o mandato para os termos de Serra e Nova Almeida executassem a tarefa. Nessas duas vitórias, podemos ver como esse povo soube manejar junto aos poderes públicos a defesa de seus direitos (REQUERIMENTOS, 1886; REQUERIMENTOS 1, 1886).

Mas as lutas pela defesa dos territórios por parte dos indígenas tinham um preço, tendo em vista que os proprietários rurais não renunciariam as terras invadidas e partiriam para as agressões. Fugindo delas, um grupo de quatorze indígenas da missão Orocobi, às margens do rio Grande entre Minas Gerais e Bahia, partiu para Ouro Preto em 1889. A metade desse contingente era de mulheres e todos foram liderados na marcha pelo cacique Henrique Pereira da Silva, que na capital mineira procuravam literalmente por proteção contra os invasores da sua reserva. Demoraram três meses andando e caso não conseguissem apoio, iriam até o Rio de Janeiro, indicando que a situação em que se encontravam era de muita gravidade (NOTAS 1, 1889).

Essa fuga dirigida por Henrique Silva nos leva a uma discussão, de que os indígenas lutavam pela defesa dos seus direitos, que entendiam serem legítimos, mas que as autoridades não os reconheciam, porque esses povos não eram “nem cidadãos, nem brasileiros” segundo os argumentos de Fernanda Sposito. Os povos indígenas se viam como agentes nacionais com direitos, mas as leis brasileiras e os governantes não, porque eles não compartilhavam os valores da cultura ocidental e a organização dos estados liberais do século XIX permitia a distinção entre os homens, tidos “como naturalmente desiguais” (SPOSITO, 2006, p. 19).

Essa questão nos leva ao último tema discutido nesse tópico, porque se o Estado não via os indígenas como cidadãos plenos, eles deveriam lutar pelos direitos e transformar essa resistência em uma herança, que unificou gerações. E sobre isso vamos recorrer a duas marchas dos Guarani de Itaporanga. De lá partiu em 1900 o capitão Guarani Joaquim Fortunato de Souza, cuja caravana denunciava as invasões que a propriedade passava. Essas denúncias não surtiram muito efeito, porque em 1902 foi a vez do chefe Joaquim Francisco de Almeida, cujo nome verdadeiro era Peroguy, procurar ajuda (NOTAS E FACTOS, 1900; ÍNDIOS GUARANY, 1902).

Esse grupo informava que as terras da fazenda tinham sido demarcadas pela Secretaria de Agricultura por volta de 1840, mas “acontece, porém, que essas terras são hoje invadidas por indivíduos de várias procedências, que não só perturbam a posse dos índios como os perseguem”. O jornal *O Commercio de São Paulo* concluía a reportagem enfatizando a necessidade de “olharmos um pouco para esses desventurados brasileiros, caçados como feras”.



O conflito pela posse daquelas terras recrudesceu ainda mais e em 1903 a aldeia montou outra comitiva, agora liderada pelo capitão Joaquim Francisco de Almeida, que vinha à capital estadual denunciar que as “autoridades locais” estavam financiando os invasores de Itaporanga. Tomaram parte desse grupo Joaquim Francisco de Almeida, José Fidelis, Francisco Fortunato, Pedro Fidelis, José Ignácio, Candida Luiza, Balbina Verônica, Virgínia Pedro, Maria Rita e Galdino Pedro da Silva. A família Fidelis era destacada no meio daqueles Guarani, que não encontraram com o governador e seguiram para o Rio de Janeiro, onde não tivemos mais dados sobre o que foi por lá discutido (ÍNDIOS GUARANY 1, 1903).

A persistência dos residentes da fazenda era notável, porque em 1904 o chefe Braz Pacífico da Silva e outra comitiva se dirigiu novamente a São Paulo, porque os fazendeiros dos arredores estavam atacando a aldeia. Tomando ciência desse caso, o delegado geral deu uma carta para Silva, que deveria retornar a Itaporanga e negociar, com aquele documento, uma trégua (UM ÍNDIO GUARANY, 1904).

As invasões não pararam e o SPI atuou como um amortecimento dessas manifestações dos Guarani, porque em 1912 Curt Nimuendajú dirigiu a remoção de toda aquela aldeia para o posto de Arariba. Lá viviam espremidos em uma pequena área com os Kaingang e Terena, o que facilitou para que fossem atingidos por várias epidemias, onde muitos morreram. Os anos se passaram, mas essas histórias de resistência foram retransmitidas pelas gerações seguintes e em 2006, o cacique Darã comandou um movimento de retomada de Itaporanga.

Ela encontrava-se sob a posse da ordem católica dos Cirtercienses, que se negaram a entregar o antigo território, ingressando na justiça exigindo o despejo das famílias indígenas. Darã e os seus lutaram por mais de seis anos até que o Ministério Público ajuizasse uma ação que obrigava a demarcação das terras pela União, mas a morosidade fez com que em 2019, os Guarani reunissem cerca de trezentos indígenas para uma marcha. Ela ocupou a sede da Fundação Nacional dos Povos Indígenas em Itanhaém, onde foram cobradas a demarcação dos mais de três mil hectares de Itaporanga, que agora era conhecida pelo seu nome original, Tekohá Porã. Cento e quinze anos depois os herdeiros da família Fidelis, Balbina Verônica, Braz Pacífico, Peroguy e tantas outras lideranças retomavam uma luta que não morreu, mas seguiu viva pelos caminhos tênues da herança imaterial transmitida pela ancestralidade indígena (LEVI, 2000)<sup>6</sup>.

### **Caciques Bandeira, Sepé e Jipiajú**

Dentro das marchas indígenas do início do século XX algumas lideranças indígenas conseguiram se destacar, quebrando preconceitos raciais e inscrevendo seus nomes nas mídias de

época. Ao longo da pesquisa encontramos em diversos momentos e lugares os caciques Bandeira, Jípiajú e Sepé, lideranças políticas inestimáveis para esse contexto.

Em 1880, Bandeira e seus correligionários Kaingang Gregório, Jangjó e outros foram a Curitiba negociar a demarcação de suas terras entre os rios Piquiri e Ivaí, oferecendo em troca que aceitariam uma missão de catecismo no território. Nas embaixadas anteriores tinham conseguido diversos insumos para o plantio e criações de animais, mas naquela gostariam de garantir a proteção do aldeamento. Assim que essas solicitações fossem aceitas, todo o grupo liderado por Jangjó se dispunha a deixar sua condição de isolamento nos arredores da cidade de Guaíra e se juntar aos demais. Nessa reunião o tom era mais amistoso, mas nas anteriores Bandeira tinha sido incisivo, porque conseguiu negociar o aldeamento de seus parentes isolados e nenhuma providência havia sido feita até então:

Encontrando o índio Bandeira (a quem se deve unicamente esta conversão e submissão dos índios, pois com meios persuasórios e brandos conseguiu determiná-los a procurarem as nossas amizades), por repetidas vezes, quando veio convidar algumas das principaes pessoas para ir a visitá-lo, muita relutância e má vontade, e declarando afinal que não procuraria mais as nossas relações, determinou-se o cidadão Norberto Mendes Cordeiro, abastado fazendeiro do lugar, a acompanhá-lo, levando consigo seu filho e mais algumas pessoas. Seguiu em mez de setembro e em princípios do corrente mez esteve de volta, dando conta da viagem que fôra bastante penosa e cheia de privações. Mas grande foi o alvoroço e alegria entre os pobres selvagens quando avistaram este patriótico cidadão cuja sentença com garantia e segura paz e proteção do governo (PARTE OFFICIAL, 1880).

A descrição demonstra, portanto, a tensão existente entre as lideranças Kaingang e o governo provincial do Paraná, que era moroso demais e causava desconforto em Bandeira. A introdução de um fazendeiro negociante parece ter feito as negociações avançarem e, para selar de vez o acordo, os indígenas se dispunham a abrir estradas e, principalmente, colocar seus guerreiros a disposição para que patrulhassem as fronteiras com os países vizinhos.

Este último ponto chamou a atenção do negociante por parte do estado, que sugeriu ao presidente provincial que seria “util dar-lhes postos, que para isso têm bastante vaidade e, ao mesmo tempo, deve se lhes reservar terras para o aldeamento”. Devido à insistência de Bandeira temos preservada, ao menos em parte, como eram as reuniões entre as comitivas indígenas e as autoridades brasileiras no final do século XIX.

Para selar o acordo, em 1881, Bandeira foi a Curitiba com uma comissão, onde convidaram o senhor Norberto Mendes e outras pessoas para levá-los ao território Kaingang. Após dias de viagem, esses dois grupos abriram todas as terras do oeste paranaense para a comunicação franca, porque aquele povo decidiu não mais atacar os colonizadores (LÊ-SE NO PARANAENSE, 1881).

As contribuições de Bandeira continuaram, porque ingressou na comissão que mapeou o vale do rio Piqueri e seguiu com ela em 1882 para o Rio de Janeiro, onde os trabalhos seriam apresentados para o gabinete imperial. Diante daquela recepção, o diretor dos indígenas no Paraná, Luiz Heve, aproveitou a causa e foi com o grupo. Quando essa embaixada foi recepcionada, Bandeira estava orgulhosamente vestido à moda de seu povo com seu *staff* institucional, porque “mostra-se muito disposto a deixar-se admirar como ornamento da exposição antropológica, em companhia do seu secretário, um índio menos graduado, mas tão bem disposto como seu chefe” (CACIQUE BANDEIRA, 1882).

A importância das tensas negociações de Bandeira, Gregório, Jangjó e outras pessoas do governo Kaingang foi a garantia de demarcação e proteção da Terra Indígena do Ivaí, que ingressou no SPI em 1913<sup>7</sup>. Sobre o capitão Sepé temos algumas informações que nos permitem avançarmos um pouco mais sobre a trajetória de um indígena no começo do século XX, porque sabemos que residia na margem esquerda do Tocantins, defronte a aldeia Piabanha e que seu povo, os Xerente, possuíam vasto território (NOTAS, 1899).

Acontece que naqueles anos a propriedade coletiva dos indígenas não tinha valor algum para colonizadores, que invadiam essas terras para abrir fazendas, o que motivou Sepé a constituir uma comitiva com mais quatro companheiros, a saber Debacuró, Debaunhiarin, Nacuapsicuáa e Cumenacé. Os cinco decidiram partir para o Rio de Janeiro, tentar uma audiência com Prudente de Moraes.

Ao jornal *O Paiz* Sepé declarou que chefiava a aldeia Providência, onde todos os indígenas já não viviam mais em isolamento e produziam arroz, milho, feijão, cana e criavam diversos tipos de animais. Disse ainda que seu nome em português era Joaquim Sepé Brasil e que em sua aldeia “não há notícia de furto, de um assassinato, de uma infidelidade conjugal”, o que fez ‘crescer água à boca’ de toda a redação. Aproveitou o ensejo e convidou a todos para que um dia visitassem a aldeia, onde poderiam medir ali o trabalho que fazia em prol da civilização, argumentando que

Eu faço o que posso... Vou buscar bugre bravo no mato, com jeito, trago elle para a aldeia, trato elle bem, elle depois vai contar a outros e outros vem. Mas eu não sei nada, não sei escrever, não posso ensinar, não sei escrever, não posso ensinar os pequeninos que vão nascendo, me dóe o coração ver tanta gente sem ser aproveitada (O CAPITÃO SEPÉ, 1896).

Sepé era um nacionalista, que pretendia ajudar os indígenas que pudesse a se tornarem bons trabalhadores. Seu amigo de comissão, Cumenacé, esteve internado por dias seguidos e quando recebeu alta, o expulsaram do hospital da Misericórdia, vindo a se perder pelas ruas. Fe-

lizmente, pouco tempo depois foi encontrado e levado ao distrito policial onde a sua embaixada estava hospedada, reclamando aos demais que não tinha comido nada até então (CUMENACÉ, 1896).

Essa comitiva permaneceu no Rio de Janeiro por cerca de vinte dias, onde foi levada para um passeio até a embocadura da Bahia da Guanabara pela Escola Militar e, enfim, recebidos pelo gabinete presidencial, onde “o Sr. Dr. Vicente Neiva, 2 Delegado auxiliar, ouvia hoje, de ordem do Sr. presidente da República, as declarações do índio Sepé, relativas as terras que elle e os seus companheiros ocupam” (SEPÉ, CUMNACÊ & C., 1896). Apesar da boa vontade de muitas pessoas que acompanharam o grupo, uma reportagem comentou que

O índio Sepé foi ao Rio de Janeiro pedir providências contra os perseguidores de sua gente, e lá lhe deram, em vez das providências pedidas, uma fatiola completa, um terno marrom, que talvez não enternecesse muito ao supplicante. Além de roupa, offereceram-lhe bilhetes de theatre, e o caboclo, recentemente vestido, poudo ver o Rio Nú. Desejaria entrar por instantes na cabeça desse homem das selvas, para surpreender o trabalho do seu cérebro, impressionado pelos esplendores da nossa civilização, traduzida em calçadas cheias de burados e em frontarias de prédios sujos (A'MARGEM, 1896).

O capitão Sepé deve ter ouvido muitas promessas, mas ele e as demais pessoas que as ouviam deviam saber que eram vazias de sentido prático, tendo em vista que os passeios serviam para mascarar essa falta de compromisso. Sepé viveu por mais três anos, morrendo de causa que não sabemos, mas os problemas das invasões em seu território perduraram por décadas, porque seus irmãos deram continuidade ao intenso trabalho das comitivas. O major Joaquim Lino esteve no Rio de Janeiro em 1899 e Siminacré, dez anos depois, tendo os dois ouvido alegações analogamente vazias por parte dos governantes (NOTAS, 1899; NOTICIÁRIO, 1909).

Sobre o Capitão Sepé temos ainda uma breve nota, porque em algum momento ele conheceu a professora Leolinda Daltro e a convidou para trabalhar no letramento de seu povo. Não sabemos se essa interação se deu após a viagem de 1896, mas é certo que ela viajou com o capitão para o seu território e lá tentou montar essa iniciativa educativa que não deu certo, retornando a sua cidade porque faltavam recursos (ÍNDIOS DO TOCANTINS, 1902).

Durante as primeiras décadas do período imperial, preconizava-se que os indígenas deveriam ser incluídos no sistema legal brasileiro caso deixassem seus costumes, idiomas, religiões, enfim, “isso implica que eles poderiam compor a nação à medida que deixassem de ser justamente o que eram: indígenas” (SPOSITO, 2006, p. 26). Com o aparecimento da República, em suas primeiras décadas, essa mesma exigência não se modificou. O regime anterior capitulou, mas sua política indigenista não e o que percebemos nas ações dessas lideranças é que os povos originá-

rios procuravam ser aceitos dialogando com essa premissa, hora se portanto orgulhosos de seus elementos culturais, hora como trabalhadores nacionais operosos, que faziam aquilo que podiam.

E agora vamos conhecer um pouco dos esforços do chefe Guarani Marcellino Rufino Jipiajú, um político indígena cujos registros vão de 1905 a 1909, e são oriundos de notícias do Paraná, São Paulo, Minas Gerais e Maranhão. Sua capacidade era reconhecida até pelos não indígenas – que geralmente tratavam os povos originários de maneira muito pejorativa – o que podemos constatar na primeira informação que encontramos sobre esse líder, que chegou a Curitiba em 1905: “Hoje pela manhã chegaram a esta capital, vindos a pé, desde o rio das Cinzas, em Thomazina, 15 índios guaranys da grande tribu commandada pelo intelligente cacique Jipiajú” (JIPIAJÚ, 1905).

Ali informa-se que ele sabia ler, escrever, havia se tornado eleitor e publicado um dicionário Guarani-Português, ou seja, havia ingressado tanto no universo político dos primeiros anos da República quanto em meios intelectuais. Junto da comitiva de 1905, vinha reclamar ao governo sobre as invasões no território, que já havia sido demarcado na localidade Barra Grande, apresentando provas da grande produção continuada de diversas hortaliças e arroz. Parece que essa comitiva não conseguiu ajuda e seguiu viagem para o Rio de Janeiro, mas em 1906, na cidade de Tomazina, um amigo de Jipiajú, Joaquim Thomaz Ribeiro, expedia telegramas procurando esse grupo, que não davam notícias há meses (GY-PIÁ-JÚ, 1906).

De todo modo, Jipiajú e sua comitiva conseguiram ser recebidos no Ministério da Viação, onde ouviram do próprio ministro Miguel Calmon que iria interceder junto ao governador paranaense. A tribo havia sido literalmente expulsa de sua aldeia por “indivíduos que legitimaram indevidamente suas terras”, ou seja, os colonizadores violaram um território e registraram as propriedades com títulos de posse frios. No retorno, pararam em São Paulo para pedir passagens de trem e aguardavam resposta no alojamento da Delegacia Central, onde informaram sobre a recepção ministerial e do esbulho por que passavam (TRÊS ÍNDIOS COROADOS, 1906; ÍNDIOS PERSEGUIDOS, 1906).

A situação em Barra Grande, porém, piorou muito em 1909, porque houve um genocídio que exterminou toda uma aldeia Xokleng e por conta disso, Jipiajú retornou ao Rio de Janeiro, fazendo uma denúncia ao mesmo tempo única e inédita até então. Não sabemos como, mas ele conseguiu publicar uma carta sobre esse caso, que foi replicada por muitas partes do Brasil. Sequem as palavras de Jipiajú por inteiro:

Tribu de gentios trucidada. Um appello ao presidente da república. Ao sr. dr. Affonso Penna foi dirigida a seguinte representação: Exmo. sr. Presidente da República dos Estados-Unidos do Brazil – Marcelino Rufino Jepia jú, brasileiro, índio guarany, domiciliado

na Barra Grande, município de Thomazina, Estado do Paraná, onde chefia seu núcleo de outros índios que secularmente estão de posse e cultivam grande extensão superficial de terras à margem direita do Rio das Cinzas, na Barra Grande, vem submissamente à presença de v. exc. Expôr em pallida synthese, entre outros, um facto altamente sensacional, que reclama urgentes e enérgicas providências do governo para que cessem de vez cruciantes soffrimentos por que têm passado os desprotegidos brasileiros que o supplicante chefia e que também tem direito à vida, à honra e à propriedade por serem humanos e já se acharem de mota próprio incorporados à civilização, pois que muitos d'elles como o supplicante que este escreve pelas próprias mãos, sabem ler e escrever e são eleitores. O facto, cuja synthese passo a fazer, constitue uma enacreditavel hecatombe, na qual as águas de um rio brasileiro transformaram-se em sangue de indefezos e innocentes índios! Em terras devolutas, à margem esquerda do rio Cinza, no município de Ourinhos, Estado do Paraná, o cidadão Leopoldino Veado plantou uma roça de milho, em frente ao arraial Santo Antônio da Platina. No mez de março do corrente anno, 1908, dois índios pellados Choclés, sahindo do matto, appareceram no aceiro da roça. N'essa occasião, Leopoldino Veado divisa-os e, acto contínuo, aponta carabina alvejando um dos selvagens. Vendo o comapnheiro em imminente risco de vida sem uma causa que justificasse a attitude de Leopoldino, o outro selvagem toma do arco e aguardou os acontecimentos com a flecha dirigida para o peito do aggressor do seu companheiro. De repente, ouve-se um tiro e, só depois da detonação, rápida parte a flecha do arco. O índio Choclés morreu instantaneamente e Leopoldino Veado fôra mortalmente ferido. Conseguindo arrastar-se até a casa, Leopoldino exhalou o último alento, *pedindo vingança!* Reunido o povo, dirigido encobertamente pelas auctoridades locaes, resolveu-se pedir aos índios guaranys que se puzessem em pé de guerra e marchassem contra a tribu dos Choclés, que devia ser completamente exterminada. A recusa foi immediata: os Guaranys negaram-se a fazer jorrar o sangue de seus irmãos, embora seus inimigos recebida com ódio e recusa, marchou o *povo civilizado* de Ourinhos contra a tribu dos Choclés, que, inesperadamente, foi cercada e aggreddida à bala e a chumbo. Ao primeiro choque, todos os índios atiraram-se ao rio Cinza, mas cercados pelas duas margens, effectuou-se a horrorosa carnificina a boccas de fogo, machados, facas, foices e cacetes. Mais de duzentas victimas! Toda a tribu Choclés foi exterminada, não se poupando mesmo a vida de innocentes creancinhas e de pobres velhas doentes e alquebradas pela idade! Realizada a bárbara e indescriptível hecatombe, reuniu-se de novo o povo de Ourinhos e também decretou o extermínio da tribu dos guaranys, sob o pretexto de se ter negado a praticar a atrocidade que lhe fôra exigida, mas, na realidade, para despojá-la das terras tão ávidamente cobiçadas desde muito tempo. E'nestas tristissimas condições que o supplicante acaba de chegar ao Rio de Janeiro, onde veio especialmente pedir protecção ao Supremo Magistrado da República, no sentido de evitar-se a reprodução de desgraças taes, bem como implorar a v. exc. Se digne ordenar as precisas providências para serem mantidas as posses de terras que os índios guaranys cultivam há mais de cem annos na Barra Grande, fornecendo-lhes também o governo escolhas leigas de artes e officios, instrumentos de lavoira e sementes pois outra coisa não almejam os índios guaranys senão incorporarem-se definitivamente à civilização, trabalhando para o engrandecimento da Pátria, obedientes à Lei e com o espirito esclarecido pela leitura e conselhos de bons mestres. Confiante na sábia direcção que v. exc. dá aos altos destinos da Nação, o supplicante respeitosamente pede deferimento (UM HORRÍVEL HECA-TOMBE, 1909).

Talvez pela repercussão, o ministro da indústria recebeu o líder Guarani, onde foi negociado um pedido de informações destinado ao juizado da comarca de Jacarezinho, Paraná, para “com urgência, ministra-se informações precisas sobre o assumpto”. Mesmo com toda essa movimentação, a investigação demorou dois anos para ser executada e “o alferes commissario de polícia do Jacaresinho officiou ao dr. Chefe de polícia, dizendo que terminou suas investigações



sobre o supposto massacre dos índios”, chegando “a conclusão de que não houve tal massacre”. O que o investigador alega ter encontrado foi apenas o corpo de um indígena, de nome Antônio, morto pelo coronel Evelgistro Alves Capucho (JIPIÁ-JÚ, 1909; DIA 29, 1909; NOTAS 2, 1909; NOTAS 3, 1911).

Para analisarmos a impressionante carta de Jipiajú, devemos incluir a fala do chefe Guaraní Peroguy, que foi recolhida em 1902, quando ele liderou um a comitiva à capital paulista para denunciar as invasões ocorridas na em Itaporanga. A transcrição passa pelo filtro muito bem definido do repórter da época, mas podemos ler, no fundo, o que Peroguy quis dizer:

Para onde havemos de ir? – pergunta elle, em sua meia-língua. Vossas mercês já nos tomaram a nós, índios, o Brasil inteiro; se não nos deixam agora nem aquella nesgazinha de terra, de onde tiramos apenas o bastante para nos alimentarmos, as nossas mulheres e a nossos filhos, o que será feito de nós, dentro em pouco? Preferimos, então, morrer todos. Com effeito, não podemos mais viver com nossos irmãos bárbaros, porque nossa natureza é hoje mais fraca e não podemos supportar comida sem sal nem a perfeita nudez na floresta. Pedimos apenas um logar entre os homens (ÍNDIOS GUARANY, 1902).

Esses dois depoimentos devem ser lidos porque flagram um cenário fundamental para os indígenas, porque ao longo da década de 1910, após inúmeras marchas de lutas por direitos, estavam formando uma identidade comum, que aglutinava pautas e sentimentos de pertencimento a uma comunidade. Esse sentimento de pertencimento está na ênfase que Peroguy dá quando se refere aos indígenas como “nós”, colocando como irmanados tanto àqueles que estavam vivendo em condição de isolamento quanto os que já se encontravam contactados, convivendo com os colonizadores.

Esse sentido é o mesmo apresentado pelo forte relato de Jipiajú, que era parte de um grupo Guaraní contactado, residindo em um aldeamento oficial, e que se negaram “a fazer jorrar o sangue de seus irmãos”, os Xokleng que estavam na condição de isolamento. Ambos tratam os povos indígenas como sendo irmanados, falam da necessidade de “precisas providências para serem mantidas as posses das terras” ou “apenas um logar entre os homens”, apresentando assim uma série de pautas comuns.

Além desses pontos similares, a luta pelos direitos já estava presente, principalmente na carta de Jipiajú, que das várias passagens, podemos usar aquela de onde vinha reclamar ações do governo “para que cessem de vez cruciantes soffrimentos por que têm passado os desprotegidos brasileiros que o supplicante chefia e que também tem direito à vida, à honra e à propriedade por serem humanos”. Assim como qualquer brasileiro, os indígenas também tinham direitos por serem humanos iguais a qualquer pessoa nascida no país, logo as violências sofridas nas invasões



dos seus territórios era crime e a tomada desses locais de moradia era, também, uma agressão a honra dessas populações.

O ponto central dos argumentos é a defesa das propriedades territoriais dos indígenas, secularmente tomadas pelos colonizadores. Um dizia que “já nos tomaram a nós, índios, o Brasil inteiro” e o outro que as terras indígenas eram ‘cobiçadas desde muito tempo”, ou seja, aqueles indígenas, no começo do século XX, tinham consciência de que seus levantes eram parte de um movimento anticolonial e em favor dos indígenas na totalidade. Além dessa concepção de união a partir da identificação por lutas comuns, não podemos esquecer que os indígenas guardam uma percepção cosmológica de parentela vinculada a uma noção de origem comum a todos, como afirma Daniel Iberê Guarani M’Byá:

Nós somos parentes dos humanos e não humanos, somos parentes de tudo que vibra e tudo que pulsa; nós somos parentes dos rios e das montanhas; a serpente é parente do sapo e o sapo é parente da serpente; a canoa é parente do rio e o rio é parente de tudo e de todos os seres que nele vivem. Então, essa nossa relação de completude é uma relação e uma espécie de visão que não separa, muito embora, em alguns momentos, é necessário marcar algumas diferenças. Por isso, quando nós falamos ‘nós’ (ñande), às vezes nós falamos ‘só nós’ (ore), porque ‘ñande’ somos todos nós, mas ‘ore’ são aqueles que compactua com ‘Ñanderekó’, o modo de ser. No Guarani, talvez seja mais fácil essa marcação; no português, nem tanto (M’BYÁ et. all, 2021, p. 5).

Percebemos assim que dentro das comunidades indígenas há a retransmissão, de geração em geração, de um sentimento de identidade a partir da resistência e dessa, vinculada a uma cosmologia mais ampla, de parentela. Por fim, não podemos esquecer que tanto Jipiajú quando Peroguy entendiam que a vida com a sociedade brasileira mais geral era um caminho sem volta, já que esse fala que “não podemos suportar comida sem sal nem a perfeita nudez na floresta” e aquele que ‘outra coisa não almejam os índios guaranys senão incorporarem-se definitivamente à civilização, trabalhando para o engrandecimento da Pátria”. Se a incorporação era uma rota inevitável, porque não ser ela mais ‘irmanada’, sem violência e com respeito mútuo?

### Considerações finais

A principal pauta dessas marchas indígenas do início do século XX era a defesa dos territórios indígenas, então largamente invadidos. Podemos dizer que esse assunto estava nelas todas e por causa disso os diversos povos indígenas foram criando esse movimento nacional, que certamente foi amortecido após 1910. Mas ele não morreu e foi retransmitido às gerações seguintes. O caso de Itaporanga é um forte indício dessa relação, que está intimamente conectada a uma identidade de resistência herdada.

Essa identidade de resistência ao colonialismo foi sendo criado entre os indígenas ao longo das décadas de 1880 e 1890, quando certamente se comunicavam a respeito das marchas. Não temos informações de como as aldeias sabiam delas, mas seu volume indica um movimento que estava se tornando cada vez mais comum. E nas lutas para solucionar problemas comuns, que afetavam povos tão diferentes, os indígenas perceberam que faziam parte de uma comunidade.

Essa percepção fica muito evidente nas falas de Peroguy e na carta fundamental de Jipijá, que se sentia irmão dos Xokleng que viu serem exterminados. Dessa forma não podemos falar que os movimentos indígenas só nascem como uma unidade a partir de 1970, porque ela já existia muito tempo antes. O que pretendemos fazer é alargar essa compreensão e, talvez, questionar como as vozes desse movimento foram silenciadas entre as décadas de 1910 a 1960, com a tutela do Estado.

### Fontes:

- Associação de Protecção, **Jornal do Brasil**, ed. 261, 1909.
- Atos, **Diário de Pernambuco**, ed. 83, 1885.
- A'Margem, **O Commercio de São Paulo**, ed. 1018, 1896.
- Cacique Bandeira, **O Pharol (MG)**, ed. 109, 1882.
- Cumenacé, **O Paiz (RJ)**, ed. 4299, 1896.
- Dia 29, **A República (PR)**, ed. 39, 1909.
- Diz o Correio Oficial, **Correio Paulistano**, ed. 7530, 1882.
- Do Lavoura, **Jornal do Commercio (RJ)**, ed. 297, 1899.
- Expediente, **Dezenove de dezembro (PR)**, ed. 2045, 1880.
- Gy-piá-jú, **A República (PR)**, ed. 211, 1906.
- Índios Chavantes, **Jornal do Commercio (RJ)**, ed. 102, 1895.
- Índios Cherentes, **O Paiz (RJ)**, ed. 4004, 1893.
- Índios Caraú, **Diário de Pernambuco**, ed. 225, 1889.
- Índios do Tocantins, **Jornal do Brasil**, ed. 254, 1902.
- Índios Guarany's, **O Commercio de São Paulo**, ed. 2986, 1902.
- Índios Guarany's 1, **Jornal do Brasil**, ed. 153, 1903.
- Índios Kraús, **Gazeta de Notícias**, ed. 299, 1889.
- Índios letrados, **Pharol (MG)**, ed. 237, 1906.
- Índios perseguidos, **A República (PR)**, ed. 235, 1906.
- Índios Tuxas, **Diário de Pernambuco**, ed. 194, 1908.
- Jipijá, **A República (PR)**, ed. 147, 1905.

- Jipiá-Jú, **A República (PR)**, ed. 203, 1909.
- Lê-se no paranaense, **O Cearense**, ed. 24, 1881.
- Lê-se no Ypanema, **Jornal do Recife**, ed. 90, 1880.
- Notas, **Correio Paulistano (SP)**, ed. 1267, 1899.
- Notas 1, **Pharol (MG)**, ed. 250, 1889.
- Notas 2, **Correio da Manhã (RJ)**, ed. 2753, 1909.
- Notas 3, **Diário da Tarde (PR)**, ed. 3856, 1911.
- Notas e factos, **Correio Paulistano**, ed. 13389, 1900.
- Noticiário, **Jornal do Brasil**, ed. 52, 1909.
- O capitão Sepé, **O Paiz (RJ)**, ed. 4298, 1896.
- O Sr. Maximiano, **Diário de Pernambuco**, ed. 151, 1885.
- Os índios Bororos, **Jornal do Commercio (RJ)**, ed. 94, 1897.
- Os índios do Tocantins, **Jornal do Brasil**, ed. 255, 1902.
- Os Guarany, **A Federação (RS)**, ed. 74, 1901.
- Os Guarany 1, **A Federação (RJ)**, 1901
- Os Pinagés, **Jornal do Brasil**, ed. 282, 1902.
- Parte Official, **Dezenove de Dezembro (PR)**, ed. 2104, 1880.
- Requerimentos, **A província do Espirito Santo**, ed. 1006, 1886.
- Requerimentos 1, **A província do Espirito Santo**, ed. 1040, 1886.
- Sentença, **A República (PR)**, ed. 256, 1903.
- Sepé, Cumnacê & C., **O Paiz (RJ)**, ed. 4313, 1896.
- Três índios coroados, **Correio Paulistano**, ed. 15571, 1906.
- Um índio Guarany, **O Commercio de São Paulo**, ed. 3588, 1904.
- Um horrível hecatombe, **Diário do Maranhão**, ed. 10689, 1909.

## Referências:

- ANMIGA. **Carta dos Corpos-Territórios da IV Marcha das Mulheres Indígenas**. Brasília: Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade, 2025. Disponível em: <https://anmiga.org>. Acesso em: 02/09/2025.
- BICALHO, Poliene Soares dos Santos. Movimentos sociais e movimento indígena – etnia e classe social: caminhos que cruzam, mas não se confundem. In: **Revista Transversos**, n. 25, p. 11-32, Rio de Janeiro, 2022.
- CALLAIS, Estevão M. **Uma catechese entre os índios do Araguaia**. São Paulo: Escola Typographica Salesiana, 1903.
- CALLAIS, Estevão M. **O apóstolo do Araguaia. Frei Gil Vilanova**. São Paulo: Monteiro, 1942.

DORNELLES, Soraia Sales. O capitão terena José Pedro de Souza e sua reivindicação perante o Estado brasileiro. In: Revista **Acervo**, vol. 34, n. 02, p. 01-18, Rio de Janeiro, 2021.

FLORENCE, Hercules. Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas, 1825-1829. Rio de Janeiro: Melhoramentos, 1941.

GA, Jovina Rehn. **A marcha das mulheres indígenas**. Ponta Grossa: ERPG, 2023.

HELM, Cecília Maria Vieira. **A integração do índio na estrutura agrária do Paraná: o caso Kaingang**. Tese de Livre Docência apresentada a Universidade Federal do Paraná. Curitiba: UFPR, 1974.

GARFIELD, Seth. As raízes de uma planta que hoje é o Brasil: os índios e o Estado-Nação na era Vargas. In: **Revista Brasileira de História**, vol. 20, n. 39, p. 15-42, São Paulo, 2000.

GOHN, Maria da Glória. O movimento dos povos originários indígenas no Brasil: história das lutas e confrontos no campo dos direitos. In: **Revista Brasileira de Sociologia**, vol. 12, pp. 01-33, São Paulo, 2024.

LEVI, Giovanni. **A herança imaterial**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2000.

M'BYÁ, Daniel Iberê Guarani et al. Diálogos entre saberes indígenas e indigenistas: conversa com Lynn Mario Trindade Menezes de Souza e Daniel Iberê Guarani M'Byá. In: Revista **Uniletras**, vol. 43, pp. 01-23, Ponta Grossa, 2021.

MACHADO, Marina Monteiro. **A trajetória da destruição: índios e terras no Império do Brasil**. 2006. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense. Niterói, UFF, 2006.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Terras indígenas do Espírito Santo sob o regime territorial de 1850. In: **Revista Brasileira de História**, pp. 153-169, vol. 22, n. 43, São Paulo, 2002.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: LANDER, Edgard (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SCHADEN, Francisco S. G. **Índios, caboclos e colonos**. São Paulo: USP, 1963.

SILVA, Cleube Alves. E os índios corriam por aí – Das lutas pela terra e de um povo indígena no norte de Goiás (1900-1971). In: **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais**, vol. 10, n. 20, p. 158-174, São Paulo, 2018.

SILVA, Elizângela Cardoso de Araújo. Povos indígenas e o direito à terra na realidade brasileira. In: **Revista de Serviço Social**, n. 133, pp. 480-500, São Paulo, 2018.

SPOSITO, Fernanda. 2006. **Nem cidadãos, nem brasileiros: indígenas na formação do Estado nacional brasileiro e conflitos na província de São Paulo (1822-1845)**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

## Notas:

<sup>1</sup> Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Professor do Departamento de Teorias e Práticas Pedagógicas da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). E-mail: [daniel.klein@ufscar.br](mailto:daniel.klein@ufscar.br) / Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0190-2132>.

<sup>2</sup> Essa estimativa compreende o atual percurso preferencial pela BR-153, com a métrica do Google Maps, via verbetes 'Aldeia Apinajé a Uberaba' e 'Uberaba a Rio de Janeiro'. Disponível em: [www.google.com.br](http://www.google.com.br). Acesso em 29/05/2025.

<sup>3</sup> Trata-se de uma dedução, tendo em vista que nos tempos do SPI, muitos povos eram deslocados de seus territórios originais, o que não parece ser o caso dos Krahô. Verbetes Terras Indígenas Krahô. In: [www.google.com.br](http://www.google.com.br). Acesso em: 12/07/2025.

<sup>4</sup> No portal da Universidade Estadual de Ponta Grossa encontramos informações de que Kaingang e Guaraní habitavam os Campos Gerais até finais do século XIX e nos textos acadêmicos, as menções são de que os indígenas residentes outrora nesse município foram expulsos para o Mato Grosso na década de 1850. Notícia da Universidade: <https://www2.uepg.br/dicion/a-trajetoria-indigena-nos-campos-gerais/>. Acesso em: 30/05/2025. Informações textuais: Martins, Gelise Cristine Ponce; Franciscon, Moisés Wagner. O indígena na ocupação do Norte do Paraná: o mito do vazio demográfico. In: Revista **Maringá**, vol. 10, n. 02, pp. 53-73, Maringá, 2018.

<sup>5</sup> Informação em: <https://piib.socioambiental.org/pt/Povo:Tuxá>. Acesso em: 15/08/2025.

<sup>6</sup> Mapa de Conflitos da Escola Nacional de Saúde Pública, verbete Cacique Darã. In: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/>; JusBrasil, verbetes Cacique Darã e Tekohá Porã. In: <https://www.jusbrasil.com.br/>; Terra Indígena Tekohá Porã. In: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/4892>; No JusBrasil os processos envolvendo a demarcação pela Terra Indígena de Tekohá Porã estão acessíveis somente para as partes envolvidas nos casos. Todos acessados em: 02/09/2015

<sup>7</sup> Informações recolhidas em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3698>. Acesso em: 05/06/2025.